

ANTONIL, André João. *Brazil at the Dawn of the Eighteenth Century*. Tradução: Timothy J. Coates (completando uma tradução parcial iniciada por Charles R. Boxer). UMASS – Dartmouth: Tagus Press, 2012, 246 p.

Ana Carolina de Carvalho VIOTTI*

Desde meados do século XIX, quando desperta de um hiato editorial de pouco menos de um século – melhor, passa a circular depois de ter sua destruição oficialmente decretada –, a obra “*Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*” assinada pelo então “Anônimo Toscano” (1711) tem suscitado muitas edições. A aqui apresentada, sob o título de “*Brazil at the Dawn of the Eighteenth Century*”, é de 2012 e traz a primeira versão em língua inglesa da obra, fruto do empenho inicial do professor Charles Boxer e do professor Timothy J. Coates, que finalizou o projeto.

O autor da obra, cuja identificação passou de “anônimo” a André João Antonil e, finalmente, a João Antonio Andreoni (1649-1716), um jesuíta italiano em atividade no Brasil, bem apresenta o assunto de sua empresa: a “cultura”, tomada por ele como a atividade agrícola, e a “opulência” ou riquezas passíveis de uso pela Coroa nas terras austrais. Das riquezas, as que considerou principais: o açúcar da Bahia e de Pernambuco e a mineração recém-descoberta nos antigos Cataguazes – as Minas Gerais, no século XVIII –, grandes alvos da atenção e dedicação do inaciano, e a pecuária e o tabaco, aos quais reservou breves capítulos. O trabalho de Antonil é demasiado detalhado: há, por exemplo, no capítulo intitulado “Sumário de tudo que é normalmente exportado anualmente do Brasil para Portugal e seu valor” (ANTONIL, 2012, p. 207), a demonstração “do bem que o Brasil propicia ao reino de Portugal”, colocando um sumário do que apresentara nas outras partes do texto, inclusive com indicações numéricas, de onde conclui que “listando todas as informações juntas, não deixará de atrair mais atenção” (ANTONIL, 2012, p. 207), àquilo que optara por tratar em separado. Outros tantos exemplos poderiam seguir.

A obra não conheceu, porém, sucesso em seu tempo. Pouco depois de ser dada à prensa, recebeu ordem régia de que a recolhessem “logo e não se deixe correr” e, mesmo tendo passado pelo crivo censor dos peninsulares, foi então julgado que suas licenças haviam sido “dadas sem a ponderação que pede um negócio público”.¹ Fosse porque “o livro ensinava o segredo do Brasil aos

* Doutoranda em História e Cultura Social na Universidade Estadual Paulista (UNESP – SP – Brasil). Historiógrafa do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa História (CEDAPH) da mesma Universidade. Contato: anacarolina@franca.unesp.br

brasileiros, mostrando toda a sua possança, justificando todas as suas pretensões, esclarecendo toda a sua grandeza” (ABREU, 1969, p. 196), pela possibilidade de ter sido apreciada apenas pelo Tribunal do Santo Ofício (SILVA, 2011, p. 53), por ter revelado o caminho do ouro aos estrangeiros (SCHWARTZ, 2012, p. XI), pela conjuntura política de Portugal naquele início de século (LEITE, VII, p. 111-113) ou por nenhuma dessas razões, o fato é que apenas sete exemplares remanesceram da tentativa de extirpe. Após a “redescoberta”, em 1800, daquele texto inacessível, as edições, parciais, alteradas ou mais verossímeis, passaram surgir e, com elas, novas formas de se ler o período alvejado pelo irmão Andreoni.

Todos esses dados podem não configurar novidade àqueles que dominam o português, tanto se consideramos o volume de reedições quanto, especialmente, quando se têm à mão exemplares bastante completos e precedidos de estudos exaustivos sobre o período e a obra, como o de André Mansuy Diniz Silva – publicado na França e em Portugal (2001), reeditado pela Edusp/São Paulo (2007) e tida como “versão definitiva” do texto em francês por Stuart Schwartz. Esse leitor pode acessar com facilidade, ainda, reflexões de autores de relevo, especificamente sobre o jesuíta e sua “*Cultura e opulência*” ou que o abordam para dar as cores do Brasil Setecentista, como Capistrano de Abreu, Affonso E. Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, entre tantos outros. Há que se considerar, contudo, que mesmo com a menção a Antonil em importantes estudos estrangeiros, o texto integral ainda se mantinha fora do alcance de seus entusiastas não-lusófonos.

A primeira das edições na língua de Shakespeare, nesse sentido, procura trazer àqueles pesquisadores anglófonos o texto completo do jesuíta do Setecentos. Precedida de um breve prefácio do citado Professor Schwartz e uma igualmente breve introdução do tradutor final, Professor Coates, percebe-se que a preocupação de seus organizadores não rezava em recheiar a edição com notas explicativas ou com um estudo mais detido sobre o conteúdo do documento. Não se caracteriza, igualmente, como uma versão *fac-símile*: é, pois, uma tradução que busca divulgar o texto do irmão da Companhia e, a partir das alterações que tornaram, segundo Coates, o texto inteligível ao inglês, fomentar outras pesquisas. A divisão dos capítulos e subcapítulos presente no original de 1711 foi integralmente mantida, assim como os termos que se mostraram não traduzíveis como *tostões* ou *mascavos batidos* (ANTONIL, 2012, p. 112). Apesar dessa tentativa de manter, com maior rigor possível, o texto pautado no original, a alteração do título salta aos olhos e acaba por alterar a intenção do autor primeiro; como era então corrente, Antonil oferece quase um resumo da obra no título: “*Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas; com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as da prata; e dos grandes emolumentos, que esta conquista da América Meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros gêneros, e contratos reais*”. O novo batismo do texto, algo como “O Brasil na aurora do século dezoito”, em tradução livre, acaba por excluir aquilo que

pareceu tão caro ao inaciano, a saber: enumerar com cuidado quais assuntos o leitor poderia encontrar no volume, embora ressalte que esse mesmo volume, para além de falar dos quatro itens elencados pelo italiano, é um panorama sobre aquele Brasil.

Se é verdade que a Coroa portuguesa viu nas linhas do jesuíta um verdadeiro mapa para as minas de ouro do Brasil, não com menor riqueza o historiador consegue vislumbrá-la. As prescrições e indicações de técnicas, caminhos e assuntos vinculados à produção, beneficiamento e comércio de gêneros aqui encontrados podem ser lidas como um verdadeiro panorama das relações sociais de outrora: através das descrições do funcionamento do engenho e dos centros mineradores, acabava por imprimir sua ótica não só da economia, mas das gentes do Brasil. Em português, francês ou inglês, a obra permanece como ponto de apoio e referência incontornável para os que se debruçam sobre a história econômica, do cotidiano, do trabalho, dos escravos...

Referências bibliográficas:

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1969.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas; com varias noticias curiosas do modo de fazer o assucar; plantar e beneficiar o tabaco; tirar ouro das minas, e descobrir as da prata; e dos grandes emolumentos, que esta conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, e outros gêneros, e contratos reaes**. Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, 1711. Disponível em <http://ia700402.us.archive.org/3/items/culturaeopulenci00anto/culturaeopulenci00anto.pdf>. Acesso em: 15 abr 2013.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas etc** [1711]. Introdução e comentário crítico de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. volumes VI e VII. Lisboa, 1938-1951.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. Antonil e sua obra. Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragnolle Taunay. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil** [1711], 3.^a ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil)

Notas

¹ CARTA do Conselho Ultramarino ao [?]. Lisboa, 17 de março de 1711.